

PORTARIA DG / DAC Nº 020-A/09

A Diretora Geral e Acadêmica, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO que a autoavaliação pode trazer vantagens para a instituição no que se refere à possibilidade de estimular o desenvolvimento institucional em consonância com as demandas sociais e a favor de uma sociedade mais preparada para atingir suas aspirações;

RESOLVE:

Art. 1º. Criar a Prova Multidisciplinar Institucional, bem como seu regulamento que é parte integrante desta portaria.

Art. 2º. A Prova Multidisciplinar Institucional será realizada no 1º bimestre do primeiro semestre e será obrigatória para os alunos, devendo constar no plano de ensino.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Apucarana, 02 de julho de 2009.

Profa. Ms. Joseane Balan da Silva
Diretora Geral e Acadêmica

ANEXO DA PORTARIA DG / DAC Nº 020-A/09

Regulamento da Prova Multidisciplinar Institucional

I. Justificativa

Entre as diversas experiências de avaliação da educação superior, as que resultam de iniciativas institucionais começam a ocupar espaço no conjunto de procedimentos bem sucedidos e que, seguramente, podem complementar os diagnósticos sobre os cursos de graduação, além dos gerados a partir dos resultados das avaliações do SINAES.

A Autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior (IES), segundo as diretrizes do INEP, apresenta uma configuração que possibilita que os resultados atendam a duas grandes finalidades: diagnóstico e processo decisório institucional e medidas regulatórias governamentais. Esse modelo de autoavaliação pode trazer vantagens para a instituição no que se refere à possibilidade de estimular o desenvolvimento institucional em consonância com as demandas sociais e a favor de uma sociedade mais preparada para atingir suas aspirações. Por outro lado, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) reconhecem que os processos de autoavaliação colaboram com o desenvolvimento da cultura avaliativa e estimulam iniciativas internas além das previstas no Plano de auto-avaliação. A CPA considera essas iniciativas institucionais importantes para a construção de atitudes favoráveis à adesão e ao uso da avaliação como ferramenta de planejamento institucional.

A avaliação multidisciplinar é uma modalidade de avaliação que algumas instituições têm utilizado como instrumento de diagnóstico do ensino oferecido em seus cursos, especialmente no que se refere ao processo ensino-aprendizagem. Essa modalidade tem sido vinculada a finalidades como “verificar o aproveitamento dos alunos quando colocados numa situação de avaliação envolvendo várias disciplinas e preparação para o Provão” (Freitas e Pimentel, 2003), estimular o processo de aprendizagem dentro e fora de sala de aula, classificar os alunos e realizar diagnósticos sobre o processo de ensino-aprendizagem (Resolução Nº 175, Universidade Católica de Pelotas, 2006).

Na FAP – Faculdade de Apucarana, a CPA apresentou uma proposta da Prova Multidisciplinar com a finalidade de diagnosticar, por meio do desempenho dos alunos situados em diferentes fases do curso, as condições de aprendizagem adquirida nas disciplinas ministradas até essa etapa do curso.

A seguir, serão apresentadas as propostas para a Prova Multidisciplinar Institucional (PMI) na FAP e sua concepção, fundamentadas nas teorias avaliativas.

Sordi (2001) entende que a avaliação somativa é o produto demonstrado pelo aluno em situações previamente estipuladas e definidas pelo professor. Segundo a autora, nesta lógica, predomina o viés burocrático que empobrece a aprendizagem, estimulando ações didáticas voltadas para o controle das atividades exercidas pelo aluno e que não necessariamente são geradoras de conhecimento. A valorização desta prática de provas que “devem provar quem de fato aprendeu, garantindo sua segurança técnica, seu alibi para julgar sem cometer injustiças” deve ser transposta para uma avaliação emancipatória. Para a autora (2001, 177) “a apropriação do conhecimento no ensino superior não se restringe a uma demonstração pontual ao professor do que se aprendeu pela devolução em situação de prova, com toda a superficialidade que a cerca”.

A PMI será considerada mais um instrumento de avaliação dos cursos da FAP, além daqueles já utilizados na autoavaliação institucional, na avaliação de curso, realizada pelo INEP, e na avaliação externa. A CPA alerta para o cuidado de os gestores de curso não tornarem o

resultado dos discentes na PMI como o único indicador de avaliação a ser considerado no diagnóstico do curso e, conseqüentemente, na tomada de decisões.

Uma das finalidades previstas para a PMI é que sirva de instrumento de auto-avaliação pelo discente. Com relação a isto, Villas Boas (2008) entende que a autoavaliação é um componente da avaliação formativa e refere-se ao processo pelo qual o próprio aluno analisa as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento para identificar futuras ações a fim de proporcionar avanço na aprendizagem. Este instrumento, geralmente, não tem o objetivo de atribuir nota ao aluno, mas tem o propósito de possibilitar-lhe refletir sobre o processo de sua aprendizagem. Para a autora, “seu grande mérito é ajudar o aluno a perceber o próximo passo do seu processo de aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2008).

Neste sentido, espera-se que os resultados da AMC sejam considerados como parte integrante da formação dos discentes, não sendo considerada exclusivamente como menção isolada das disciplinas. Alerta-se, também, para o fato de que a AMC não ter a mesma finalidade que a avaliação da aprendizagem aplicada nas disciplinas.

Com a finalidade de dar subsídios à Administração Superior, às Coordenações de Curso e ao aluno para a avaliação das ações orientadas à aquisição do perfil e competências, a FAP instituiu a Prova Multidisciplinar Institucional (PMI).

II. Objetivos

- Avaliar o conhecimento, as competências e as habilidades adquiridas pelo discente ao longo do curso;
- Possibilitar referência de auto-avaliação do curso;
- Possibilitar ao discente referência para auto-avaliação.

Etapas da PMI

A Prova Multidisciplinar Institucional será realizada no 1º bimestre do primeiro semestre e será obrigatória para os alunos. Deverá constar no plano de ensino.

III. A prova

A proposta é que as provas sejam compostas por questões objetivas e discursivas, elaboradas de acordo com as competências e habilidades previstas para serem desenvolvidas até o semestre em curso, levando-se em consideração o perfil do profissional que se deseja formar, a interdisciplinaridade, os objetivos da disciplina e os conteúdos do ENADE, estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A elaboração das provas será de responsabilidade das coordenações dos cursos e elaboradas por seus professores. As questões poderão correlacionar-se com uma ou com um conjunto de disciplinas e deverão estar relacionadas aos conteúdos e objetivos dos planos de ensino dos componentes curriculares de cada matriz. Sugere-se que sejam compostas por questões de baixa, de média e de alta complexidade. Desta forma, espera-se que os enunciados das questões sejam elaborados levando-se em consideração a identificação e articulação de informações internas e externas ao comando, a realização e a validação de inferências e antecipações, apropriação das características dos gêneros discursivos nos itens avaliativos.

Entende-se por gênero discursivo os diversos tipos de enunciados relativamente estáveis construídos pelas diferentes esferas de atividades humanas e que apresentam características sócio-historicamente constituídas por conteúdos, estilo e composição característica. Como exemplos, podemos citar os textos acadêmicos, os poemas, a história em quadrinhos, as reportagens e tantos outros. Os tipos textuais compõem os gêneros discursivos e é a designação dada a uma espécie de sequência retórica subjacente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais), podendo ser classificados em narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo (MARCUSCHI, 2005).

A CPA propõe que nas questões discursivas seja privilegiado o uso dos tipos textuais argumentativo e dissertativo, por ser o mais apropriado na apresentação de análises críticas e interpretações sobre determinado assunto. A utilização da composição gênero textual e seus diferentes tipos textuais, de acordo com os especialistas da área, possibilita ao usuário a prática da linguagem e a aquisição de habilidades para produzir textos que privilegiem alguns aspectos linguísticos que ampliam sua competência discursiva, inerentes à vivência de qualquer cidadão.

As provas deverão conter entre 30 e 40 questões objetivas, sendo parte delas voltadas para competências da Formação Geral dos estudantes. A sugestão é que das 30 ou 40, 10 (dez) sejam de formação geral e as restantes de Formação Profissional. A parte subjetiva poderá ser composta por até 4 (quatro) questões discursivas, sendo, pelo menos uma destinada à Formação Geral. A parte de Formação Profissional deverá contemplar os eixos de formação previstos no PPC dos cursos.

A elaboração das questões objetivas de Formação Profissional e das quatro dissertativas referentes às competências específicas ficará sob a responsabilidade das Coordenações de Curso. O quadro de especificação das questões, base de elaboração destas, deve discriminar, de forma clara, as competências, conhecimentos e habilidades desenvolvidos até o semestre de enquadramento do corte de acompanhamento. Nos casos de competências em desenvolvimento, avaliar a(s) sub-competência(s) trabalhadas até então. Caso o Projeto Pedagógico do Curso não preveja ensino por competências e sim por conhecimentos, a tabela de especificação deverá discriminar os conteúdos e as operações mentais a serem aferidas.

IV. Metodologia para tabulação dos resultados e transformação da nota da prova em menção

A tabulação dos dados da parte objetiva da prova será feita pelos coordenadores e a correção da parte discursiva será realizada por professores do curso indicados pelo coordenador.

Dos relatórios

As questões objetivas, relativas às competências gerais e específicas, serão corrigidas pelas Coordenações de Curso e as discursivas pelos professores e a digitação dos resultados ficará a cargo do coordenador do curso. Com base nos dados digitados, o coordenador do curso emitirá relatórios destinados ao aluno, à direção e à CPA.

1. **Relatório do aluno:** o relatório constará das menções obtidas pelo aluno na parte de formação geral, de formação profissional e a menção global.

2. **Relatório do curso:** relatório com o desempenho dos alunos do curso na parte de formação geral, de formação profissional e global. Serão agrupadas as perguntas relacionadas às competências dos eixos estruturantes da matriz curricular. Constarão deste relatório as seguintes informações:

- a. Percentual de acertos por questão;
- b. Percentual de acertos por grupo de questões concernentes a uma competência ou grupo de competências relativas a um eixo estruturante da matriz curricular, previamente identificadas pelas Coordenações de cada curso, por meio de tabela de especificação de habilidades e competências;
- c. Percentual de respostas a cada uma das cinco alternativas de cada questão;

3. **Relatório comparativo:** a CPA receberá relatório com quadro comparativo dos cursos com percentual de acertos por questão na parte de formação geral e de formação profissional.

V. Incentivos para a participação dos discentes na prova

Serão oferecidos incentivos para a participação do aluno na AMC, sendo que cada unidade de ensino será responsável pela certificação, quando necessária, e prestação de informações como as que seguem:

- Que recebam certificado de participação para ser computado como carga horária complementar, no total de 8 horas.

Os certificados serão organizados pelos Colegiados de cada curso.

VI. Oficinas para aprofundamento dos conteúdos propostos de Formação Geral

As oficinas poderão ser oferecidas pela coordenação/colegiado conforme o planejamento feito no início de cada ano.

Oficina 1:

- Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância e inclusão;
- Arte, cultura e filosofia;
- Violência;
- Terrorismo;

Oficina 2:

- Exclusão e minorias;
- Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável;
- Redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor;
- Inclusão/exclusão digital;
- Democracia e cidadania;

Oficina 3:

- Biodiversidade;
- Ecologia;

Oficina 4:

- Mapas sócio e geopolítico;
- Globalização;
- Avanços tecnológicos;
- Relações de trabalho;
- Tecnociência;
- Vida urbana e rural;

Oficina 5:

- Relações interpessoais (respeitar, cuidar, considerar e conviver);

Oficina 6:

- Propriedade intelectual;
- Diferentes mídias e tratamento da informação;

Metodologia das oficinas

- Cada oficina envolverá a reflexão sobre os temas e exercícios envolvendo questões retiradas de provas já realizadas.
- Serão realizadas 6 oficinas, com 2 horas de duração, aos sábados, sendo que cada uma delas congregará todos os alunos em dois grupos, com oferta simultânea, o que explica a presença de dois professores.
- Cada grupo de professores fará uma síntese dos pontos centrais das temáticas e oferecerá ao aluno endereços de sites para aprofundamento.

VII. Integração da Prova Multidisciplinar Institucional à autoavaliação na FAP

A implantação da Prova Multidisciplinar Institucional nos moldes propostos por este regulamento dar-se-á no ano letivo de 2009, no segundo semestre.

O processo será acompanhado pela Diretoria Acadêmica, pela Comissão Própria de Avaliação e pelas Coordenações de Curso, a fim de atender às necessidades desses segmentos com relação ao papel que lhes cabe na concretização desse projeto institucional.

O acompanhamento será feito por intermédio dos relatórios de *curso* e *comparativo* que constarão dos resultados da parte de formação geral e da formação profissional dos cursos.

A Prova Multidisciplinar Institucional será considerada uma das etapas de autoavaliação da FAP, intitulada avaliação de cursos. Por meio dos relatórios que serão organizados tendo como referência a tabela de especificação de habilidades e competências elaboradas pelos coordenadores de curso. Esta etapa avaliativa comporá os relatórios gerais da autoavaliação da FAP.

Meta-avaliação: Adesão dos alunos, uso dos resultados pela coordenação

Após aplicação da prova em cada semestre serão emitidos relatórios de participação dos alunos para que a CPA possa fazer análise da necessidade de implementação de ações de sensibilização dos discentes para adesão ao processo.

Para melhor diagnóstico da motivação dos discentes para o processo e maior compreensão sobre a organização da prova e da finalidade proposta no projeto, está prevista a aplicação de questionário nos alunos a fim de coletar dados sobre a prova e as questões que a compõem. Acredita-se que, futuramente, poderá ser criado grupo junto à Assessoria Pedagógica da Diretoria Acadêmica para auxiliar os coordenadores na análise das questões propostas para a composição da prova.

A CPA entende que a elaboração de tabela de especificação dos eixos principais do perfil do profissional que compõem os projetos dos cursos poderá auxiliar os gestores dos cursos a identificar habilidades e competências que, por ventura, não tenham sido demonstradas pelos discentes. Este trabalho possibilitará a identificação de possíveis lacunas nos projetos e um melhor entendimento dos coordenadores sobre o perfil do profissional que se deseja formar.

Os relatórios serão encaminhados aos gestores das informações e a utilização das informações, acompanhadas pela CPA e pela Assessoria Pedagógica da Diretoria Acadêmica para a otimização de ações voltadas para o projeto pedagógico dos cursos, se necessário. Será realizada avaliação anual do processo pertinente à Prova Multidisciplinar Institucional a fim de melhorar sua execução e entendimento sobre os cursos da FAP.

Referências

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PIMENTEL, E. P.; FREITAS, A. V. *Uma experiência de avaliação multidisciplinar e interdisciplinar em Cursos de Graduação em Informática*. Disponível em: <http://www.inf.pucpcaldas.br>

/eventos/weimig2003/ArtigosWEIMIG2003/WEIMIG2003EdsonPimentelArtigo2.pdf Workshop de Educação em Computação e Informática do Estado de Minas Gerais.

SORDI, Mara Regina L. de. Alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não? In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (orgs.). *Temas e textos em metodologia do Ensino Superior*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. F. Avaliação para aprendizagem: o que se aprende? quem aprende? In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 14, 2008, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre, 2008. CD-ROM.